

COMBATE AO EXTREMISMO VIOLENTO EM CABO DELGADO

Dez dias depois do lançamento oficial da missão, tropas da SADC ainda não começaram a combater

- A justificação para tanta demora é de que as tropas ainda se estão a instalar. A missão da SADC em Cabo Delgado tem a duração de três meses e neste momento faltam menos de 60 dias para o seu término, uma vez que o prazo começou a contar a 15 de Julho. Em função da evolução da situação operacional até 15 de Outubro, o prazo da missão poderá ser prorrogado. Mas o facto de cada Estado ter de suportar todos os custos logísticos e operacionais das suas tropas destacadas para Cabo Delgado pode dificultar uma eventual prorrogação do prazo.



- Enquanto isso, as forças conjuntas de Moçambique e Ruanda continuam empenhadas em várias operações de combate contra os extremistas violentos. Depois da recuperação da localidade de Awasse e da estratégica vila municipal da Mocímboa da Praia, as tropas moçambicanas e ruandesas conseguiram reabrir a estrada Macomia – Awasse, fechada há mais de um ano devido à insegurança. Neste momento as forças lutam para conquistar Mbau, Siri 1 e Siri 2, as bases mais importantes dos extremistas violentos.

Foi a 9 de Agosto que a missão da Força em Estado de Alerta da SADC foi oficialmente lançada em Pemba, numa cerimónia dirigida pelo então Presidente em exercício da organização regional, Filipe Nyusi, e pelo então Presidente do Órgão de Política, Defesa e Segurança da SADC e Presidente do Botswana, Mokgweetsi Masisi. À data, o contingente militar era constituído por 757 efectivos, entre tropas de combate, pessoal de apoio e administrativo, além de vários equipamentos militares, como aeronave de transporte e reconhecimento, helicópteros de combate, fragata de patrulha marítima e viaturas blindadas para as forças terrestres.

O comandante da Força em Estado de Alerta, o major-general sul-africano, Xolani Mankayi, resumiu o mandato das tropas regionais nos seguintes termos: “apoiar Moçambique a neutralizar o extremismo violento e a repor a ordem e segurança em Cabo Delgado”. No dia seguinte, as forças terrestres da missão da SADC começaram a sair da cidade de Pemba em direcção aos distritos do centro e norte de Cabo Delgado que enfrentam o extremismo violento. Era expectável que as tropas entrassem em acção em poucos dias, uma vez que várias equipas de especialistas militares da SADC tinham estado no terreno durante semanas a preparar as condições para o desdobramento da força regional.

Sucedede, porém, que 10 dias depois do lançamento oficial da missão, as tropas regionais ainda não entraram em acção, ou seja, ainda não começaram a combater. O Ministro da Defesa Nacional, Jaime Neto, confirmou ontem que a força da SADC ainda se estava a instalar nos locais indicados pelas autoridades moçambicanas. “Acredito que muito rapidamente a ofensiva da SADC vai iniciar”¹. A missão da SADC tem a duração de três meses e neste momento faltam menos de 60 dias para o seu término, uma vez que o prazo começou a contar no dia 15 de Julho. O comandante Xolani Mankayi disse que o prazo de três meses poderia ser prorrogado em função da evolução da situação operacional.

Mas o facto de cada Estado que desta-



cou tropas para Cabo Delgado ter de pagar todas as despesas relacionadas com a logística, operações e equipamento militar pode inviabilizar a prorrogação do prazo inicial. Na verdade, muitos países não destacaram tropas para Moçambique devido às dificuldades financeiras que atravessam. Até o Zimbabwe, que foi um dos maiores defensores da intervenção militar da SADC em Cabo Delgado, não vai envolver suas tropas em combate devido à crise económica e financeira que atravessa. África do Sul, Tanzânia, Botswana, Lesotho e Angola são os únicos países que destacaram tropas para o teatro operacional.

África do Sul é o Estado-membro da SADC que planeia enviar o maior contingente: 1.495 militares de diversas especialidades (forças terrestres, navais e aéreas, incluindo pessoal de informações e logística), mas até aqui só destacou 270 homens. Internamente, a decisão de enviar 1.495 militares ao custo de aproximadamente um bilhão de rands está a ser contestada pela Aliança Democrática (DA, sigla em inglês), principal partido da oposição. A Aliança

Democrática defende que o orçamento equivalente a mais de 66 milhões de dólares deveria ser suportado pela SADC e considera “grosseiramente injustificável” a ideia de que os custos do destacamento sejam pagos pelos contribuintes sul-africanos.

Inicialmente, parecia estar claro que as despesas da missão da Força em Estado de Alerta seriam suportadas pela própria SADC, através das contribuições dos Estados-membros (sete milhões de dólares) e do Fundo de Emergência (cinco milhões de dólares). Mas o facto é que cada Estado que foi anunciando o destacamento de tropas para Moçambique assumia, ele próprio, todas as despesas relacionadas com a logística, operações e equipamento militar. Na verdade, os atrasos que se verificaram no envio das tropas e, conseqüentemente, no início de operações de combate, têm que ver, entre outros motivos, com a falta de clareza por parte dos Estados-membros sobre quem iria pagar os custos da participação das suas tropas na intervenção militar em Cabo Delgado.

¹ <https://www.opais.co.mz/tropas-da-sadc-ja-posicionadas-entram-em-accao-brevemente-diz-jaime-neto/>

Tanzânia vai acolher centro regional de combate ao extremismo violento

O centro regional de combate ao extremismo violento vai prestar serviços de consultoria exclusivos e estratégicos à região da SADC em matéria de ameaças de terrorismo e extremismo violento. Estará baseado na Tanzânia, país que faz fronteira com Moçambique e que já sofreu ameaças terroristas. Alguns extremistas violentos que actuam no norte de Moçambique são provenientes da Tanzânia. A decisão foi tomada na 41ª Cimeira Ordinária da SADC que terminou ontem em Lilongwe, Malawi.

A cimeira de dois dias serviu para a passagem da presidência rotativa da SADC de Moçambique para a Malawi. O Presidente moçambicano Filipe Nyusi entregou as pastas ao seu homólogo do Malawi, Lazarus Chakwera, após um ano de uma presidência marcada pela pandemia da Covid-19 e pela insegurança no norte de Moçambique. O Presidente da África do Sul, Cyril Ramaphosa, passa a presidir o Órgão de Política, Defesa e Segurança da SADC, que nos últimos 12 meses foi liderado pelo Presidente do Botswana, Mokgweetsi Masisi.

A Cimeira de Lilongwe aprovou a nomeação de Elias Mpedi Magosi (de Botswana) para Secretário Executivo da SADC, em substituição da tanzaniana Stergomena Tax, primeira mulher a ocupar o cargo. O comunicado final faz notar que a "Cimeira



Presidente da Tanzania, Samia Suluhu

recebeu informações actualizadas sobre a situação de segurança prevalecente na província de Cabo Delgado e saudou os Estados-membros da SADC que se com-


prometerem a disponibilizar efectivos e a prestar apoio financeiro para o destacamento da Força em Estado de Alerta da SADC em Moçambique".



INFORMAÇÃO EDITORIAL:

Propriedade: CDD – Centro para Democracia e Desenvolvimento
Director: Prof. Adriano Nuvunga
Editor: Emídio Beula
Autor: Emídio Beula
Equipa Técnica: Emídio Beula, Ilídio Nhantumbo, Isabel Macamo, Julião Matsinhe, e Ligia Nkavando.
Layout: CDD

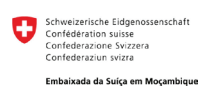
Contacto:
 Rua de Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.
 Telefone: +258 21 085 797

 CDD_moz
E-mail: info@cddmoz.org
Website: http://www.cddmoz.org

PARCEIRO PROGRAMÁTICO



PARCEIROS DE FINANCIAMENTO



Embaixada da Suíça em Moçambique

